



Correio Manhã

30-09-2019

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 115581

Temática: Justiça

Dimensão: 2307 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/4/5

PINHO COMPRA CASA COM DINHEIRO DO ESPÍRITO SANTO
APARTAMENTO DE LUXO EM NOVA IORQUE JUNTO À BROADWAY P.4 E5



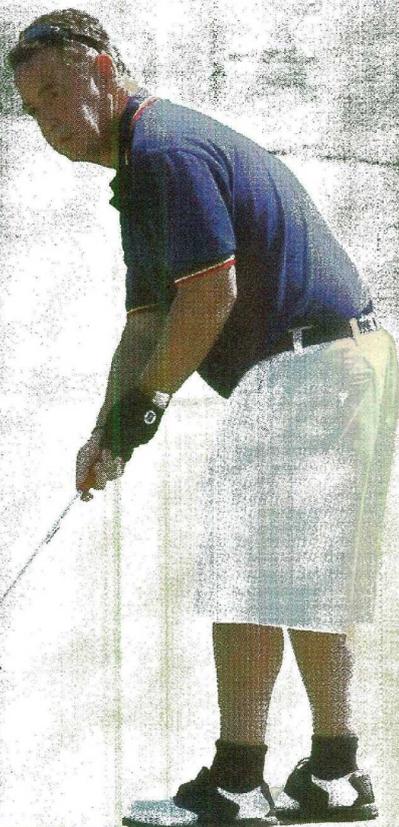
CASO EDP

AUDITORIA: BCP ANALISA CONTRATO

Um relatório de auditoria do BCP, pedido em março pelo atual presidente do banco, Miguel Maya, aponta a Paulo Macedo, à época administrador do banco, a responsabilidade pela contratação do assessor de Pinho, João Conceição, Macedo, agora na GGI, arrisca-se a ver revista a idoneidade.

JUSTIÇA

Pinho compra casa com dinheiro do Espírito Santo



INVESTIGACÃO
 Os Procuradores ligam pagamento por saco azul do GES ao dinheiro gasto na compra de apartamento de luxo em Nova Iorque, nos EUA

DADOS O Antigo ministro da Economia foi considerado suspeito em 10 de setembro

Manuel Pinho, ex-ministro da Economia de José Sócrates, foi chamado ao DCIAP no passado dia 10 de setembro, mas acabou por não ser inquirido. Procuradores elencaram os factos que lhe são imputados no processo

ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

Manuel Pinho terá comprado o apartamento de luxo em Nova Iorque, nos Estados Unidos, com a avança mensal que terá recebido do Grupo Espírito Santo (GES) quando foi ministro da Economia no Governo de José Sócrates. Enquanto foi ministro, de março de 2005 ao início de julho de 2009, Pinho terá recebido cerca de 15 mil euros por mês do GES, ao total de 1,265 milhões de euros. O imóvel foi adquirido por uma sociedade offshore de Pinho, em junho de 2010, por cerca de um milhão de euros.

A suspeita quanto à origem do dinheiro, que o antigo governante terá usado na compra desse imóvel luxuoso, consta

no despacho em que os procuradores do caso EDP elencam os factos imputados a Pinho. Estes foram apresentados ao ex-ministro da Economia no passado dia 10 de setembro, data em que estava previsto o seu interrogatório como arguido no inquérito.

APARTAMENTO FICA NO EDIFÍCIO PLATINUM, JUNTO À BROADWAY

“O arguido Manuel Pinho reside em Nova Iorque, num apartamento em nome da sociedade offshore por si controlada Blackwade Holding Limited, adquirido por cerca de um milhão de euros provenientes da sua avança mensal do GES/BES”, então liderada por



Edifício onde Pinho comprou o piso

Ricardo Salgado, refere o despacho dos procuradores Casimiro Nunes e Hugo Neto, que o CM consultou no Departamento

Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP).

O ex-ministro da Economia vive num apartamento de luxo no Edifício Platinum, junto à Broadway, em Manhattan, Nova Iorque. A Blackwade, offshore com sede nas Ilhas Virgens Britânicas, adquiriu

TERÁ RECEBIDO AVANÇA MENSAL DE 15 MIL EUROS ENQUANTO FOI MINISTRO

este imóvel, em junho de 2010, por mais de 1,24 milhões de dólares (cerca de um milhão de euros, ao câmbio atual).

Enquanto foi ministro, Pinho terá recebido a avança mensal do GES através de duas offshore: os cerca de 15 mil euros por mês serão pagos pela Espí-

rito Santo Enterprises, empresa suspeita de ser um saco azul do GES, às offshore Mesete II e Tartaruga Foundation, ambas controladas pelo ex-ministro. O dinheiro necessário à compra da casa em Nova Iorque terá sido depois transferido por estas offshore para a Blackwade.

O CM tentou obter explicações sobre a compra deste imóvel junto do advogado de Manuel Pinho, Ricardo Sá Fernandes, mas, até ao fecho desta edição, não obtivemos resposta. Já o porta-voz de Ricardo Salgado, ex-presidente do GES, disse que não irá comentar sobre processos em investigação, o

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA BORGES & AMPARO



IRS | ESTADO ARRECADOU MAIS 2,1%

António Mexia, presidente da EDP, é um dos arguidos no processo da EDP, que está relacionado com os alegados benefícios que a energética terá obtido com decisões de Pinho, enquanto ministro da Economia. Mexia já disse que está tranquilo quanto a Pinho e que a EDP não beneficia de rendas excessivas.



MARQUÊS | CERTIDÃO

UMA CERTIDÃO EXTRAÍDA DA OPERAÇÃO MARQUÊS, NA QUAL SÓCRATES É O PRINCIPAL ARGUIDO, DEU INFORMAÇÕES SOBRE OS ALEGADOS PAGAMENTOS DO GES A PINHO.

DGEG | EX-DIRETOR-GERAL ARGUIDO

Miguel Barreto Caldeira Antunes, ex-diretor da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), é também arguido no caso EDP, que diz respeito às rendas e aos contratos entre o Estado e a empresa energética. O antigo diretor é acusado de suspeitas de corrupção, tráfico de influências e participação económica em negócio.



PAGAMENTOS SUSPEITOS

FACTOS IMPUTADOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO A MANUEL PINHO

1,265 milhões €

alegadamente recebidos de forma indevida do GES no período em que exerceu as funções de ministro da Economia, entre meados de março de 2005 e o início de julho de 2009. Segundo o Ministério Público (MP), a origem desse dinheiro é esta: 51 meses com uma avença de cerca de 15 mil euros por mês, no valor de 765 mil euros pagos a offshore Tartatuga Foundation, com sede no Panamá; e 500 mil euros alegadamente pagos em maio de 2005 a offshore Masete II

180 mil €

alegadamente recebidos de forma indevida no período de cerca de um ano em que presidiu à Comissão Executiva da Candidatura Portuguesa à Ryder Cup. Pinho recebia 15 mil euros por mês

620 878 €

alegadamente recebidos de forma indevida a título de salários como professor da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, entre 2010 e 2014. Segundo o Ministério Público, sem o patrocínio da EDP a essa universidade, Pinho não teria sido convidado para dar aulas

2,496 milhões €

alegadamente recebidos de forma indevida como administrador do BES África, que pertencia ao GES, entre junho de 2010 e dezembro de 2014, período em que recebeu um salário mensal de 39 mil euros. Para o Ministério Público, o exercício deste cargo resultou do acordo que Pinho terá feito com Ricardo Salgado para conceder alegados benefícios ao GES, BES e EDP enquanto ministro da Economia

TOTAL
4,56
 milhões €

PORMENORES

Fundação do BES

As origens do BES remontam à atividade comercial de lotarias, câmbios e títulos de crédito que José Maria do Espírito Santo Silva exerceu, entre 1869 e 1884, em Lisboa.

Mais de 500 empresas

O Grupo Espírito Santo (GES) era constituído por mais de 500 empresas: tinha negócios na Europa, Américas e em África.

Arresto de bens

O Ministério Público fixou, no caso GES, em 1,8 mil milhões de euros o valor do arresto de bens, para fazer face a eventuais indemnizações futuras.

Provas da Suíça

A conclusão do processo de investigação ao GES está dependente das provas que têm de ser enviadas pelo Ministério Público da Suíça ao seu homólogo português, em resposta a uma carta rogatória.

Prazo de três meses

Após terem recebido as provas da Suíça, os investigadores têm três meses para concluir o inquérito. O alargamento do prazo, num processo que já tem mais de cinco anos, foi concedido pelo diretor do Departamento Central de Investigação e Ação Penal, Albano Pinto.

Antigo assessor recebeu 153 mil euros sem trabalhar

João Conceição, ex-assessor de Manuel Pinho, está a marcar o caso EDP: ganhou 153 mil euros como diretor do BCP entre setembro de 2008 e maio de 2009, mas o banco gerido por Miguel Maya não encontra provas do seu trabalho. Nesse período, o agora gestor da REN foi assessor no gabinete de Pinho. Paulo Macedo, então administrador do BCP, é suspeito de ter sido conivente com essa situação. ●

Vende património no País

Manuel Pinho tem vindo a desfazer-se do património que tinha em Portugal: segundo o Ministério Público, no País o ex-ministro da Economia tem apenas um apartamento, com um valor patrimonial atribuído pelas Finanças de 46 mil euros, e menos de 70 mil euros em contas bancárias no BCP, Novo Banco e CGD.

ALIENOU BENS EM 2009, APÓS DEIXAR O GOVERNO E RUMAR AOS EUA

Como contrapartida dos alegados benefícios que terá concedido ao GES e à EDP no período em que foi ministro da Economia, de março de 2005 ao início de julho de 2009, Pinho terá recebido, segundo o Ministério Público, pagamentos indevidos de 4,56 milhões de euros (**ver gráfico**). Em 2012, ao abrigo do chamado perdão fiscal, o Regime Excepcional de Regularização Tributária (RERT)



Imóvel em Campo de Ourique era uma parte do património que Pinho vendeu



III, Pinho legalizou, segundo os autos do caso EDP, 2,7 milhões que estavam depositados em contas bancárias das offshore Tartaruga Foundation e Mandalay, na Suíça, em 2010.

O despacho dos procuradores refere que “o arguido Manuel Pinho não titula contas bancá-

rias nacionais com montantes relevantes” e que, excluindo o apartamento em Paranhos, o ex-ministro “alienou todo o restante património imobiliário em Portugal em 2009, após sair do Governo e passar a dar aulas na Universidade de Columbia, em Nova Iorque”. ●

Ex-governante pede acesso a dados do GES

Manuel Pinho pediu acesso aos elementos provenientes do inquérito ao GES que constituirão a prova dos alegados pagamentos ilícitos. Informado pelos procuradores de que esse processo está em segredo de justiça, o ex-governante solicitou que os dados que fazem prova indiciária sejam autonomizados para consulta. ●



Pedido entregue a procuradores